

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Cecília de Fátima Fabino

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS RURAIS: UMA PESQUISA DE CAMPO NA  
ESCOLA ESTADUAL PERI**

Uruana  
2014

Cecília de Fátima Fabino

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS RURAIS: UMA PESQUISA DE CAMPO NA  
ESCOLA ESTADUAL PERI**

Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação Física da Universidade Federal de  
Goiás como requisito para finalização do curso  
de Licenciatura em Educação Física.  
Orientadora: Professora Dr. Rubia-Mar Nunes  
Pinto.

Uruana  
2014

Cecília de Fátima Fabino

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS RURAIS: UMA PESQUISA DE CAMPO NA  
ESCOLA ESTADUAL PERI**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final.

Goiânia, 21 fevereiro de 2014.

-----

Professora Dr. Rubia-Mar Nunes Pinto

Orientadora

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus colegas de curso que estiveram comigo durante toda essa longa caminhada, ao meu esposo que me apoiou e incentivou, a minha filha pelo carinho e amor demonstrado em todos os momentos de minha vida e meu filho amado que nasceu no decorrer desde período acadêmico.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me concedido a grande privilégio de ingressar nesta tão conceituada faculdade e me abençoado a concluir este curso.

A minha orientadora Rubia-Mar Nunes Pinto, pela sabedoria em me orientar e me ajudar a chegar até aqui.

Aos meus tutores por terem dividido comigo um pouco de seu conhecimento e me ajudado a levantar nos momentos em que pensei que não conseguiria mais.

A todos aqueles que hoje se sentem felizes com o meu sucesso e dividem comigo o gosto da vitória!

Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (...)

Paulo Freire

## RESUMO

Esta monografia tem por objetivo mostrar como se desenvolveu o processo ensino-aprendizagem nas escolas rurais no estado de Goiás e de modo mais específico no município de Uruana-Goiás, seus principais problemas, metodologias e diretrizes políticas e pedagógicas. A escola rural foi palco de descaso e enfrentou dificuldades acentuadas, tanto no que se refere a qualidade do ensino ministrado quanto recursos físicos, pedagógicos e humanos, perpassou por vários processos, sendo o mais comum o das salas multisseriadas que se caracteriza por agrupamentos de diferentes níveis de ensino, dificultando assim obviamente o processo ensino-aprendizagem. A escola rural em Goiás conta com altos índices de evasão e repetência e a partir da análise documental feita na Escola Estadual Peri situada no povoado do Peri, no município de Uruana-Goiás, esta realidade se repete também no contexto pesquisado. Foi feito um recorte temporal desde a década de 1930 até 1980 observando-se que vários dos problemas apontados no início do processo de educação rural ainda se fazem presentes na contemporaneidade, apesar dos aspectos legais que a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases Nacionais dão a este ensino tão necessário para o fim da elitização e exclusão educacional.

**Palavras-chave:** Escola rural, ensino, aprendizagem.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>12</b>
<b>- A REALIDADE DA ESCOLA RURAL EM GOIÁS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>18</b>
<b>- RETRATANDO A TRAJETÓRIA EM BUSCA DOS DOCUMENTOS PARA FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPITULO III - O ENCONTRO ENTRE O PRESENTE E O PASSADO HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL PERI – UMA ANÁLISE DOCUMENTAL.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 UM RETRATO DA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PERI .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PRÁTICA SINGULAR NA ESCOLA PERI .....</b>	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

A educação no Brasil nunca foi considerada um modelo a ser seguido, no que se refere à educação rural esta premissa é ainda mais evidente. Apesar do grande número de pessoas que residem na zona rural, ainda hoje, percebe-se descaso e falta de recursos para os alunos que frequentam uma escola rural. Uma explicação plausível para este fenômeno milenar é pode ser que desde o período colonial eram comuns os filhos da classe alta saírem para fora do Brasil, a fim de concluírem os seus estudos, extirpando assim qualquer possibilidade de investimento em uma escola rural qualitativa, uma vez que a escola era pensada apenas para os filhos da elite.

O histórico da educação rural está pautado em um ensino excludente, com poucas condições de trabalho docente, sem nenhuma infra-estrutura ou investimento em recursos didáticos, pedagógicos, físicos ou humanos, os professores nem sempre tem a formação adequada para o ensino ao qual se propõem, as classes multisseriadas dificultam bastante as condições de trabalho dos docentes, no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, pois um mesmo professor precisa atender vários alunos de diferentes anos escolares ao mesmo tempo.

Willis (1991), ressalta que estudos permitem concluir que a educação rural apresenta problemas graves de origem; ou seja, planejada a partir da escola urbana, a escola rural parece tão alienada do seu meio quanto o são também as escolas urbanas para as classes populares. A educação rural não é pensada para o aluno que vive no campo, mas sim planejada para a maioria que reside na cidade grande, os conteúdos são desconexos com o contexto social em que o aluno está inserido, pois trabalham exemplos e atividades relacionadas a vida urbana totalmente diferente da vida rural.

A opção por pesquisar este tema, “A Educação Física nas escolas rurais: Uma pesquisa de campo na Escola Estadual Peri”, partiu da inquietação relacionada ao fato de que ainda hoje, mesmo nas escolas urbanas, não são oferecidas circunstâncias ideais para o Ensino da Educação Física, sendo assim, formou-se o seguinte questionamento: Como foi desencadeado o processo de Ensino da Educação Física nas Escolas Rurais e quais as condições para o desenvolvimento do trabalho docente e da aprendizagem discente? Deste modo, foi promovido um diálogo entre diferentes autores no intuito de apresentar uma

abordagem fidedigna dos acontecimentos que envolveram o processo educativo rural da disciplina de Educação Física.

Assim, esse trabalho pretende pesquisar de forma mais específica: o que é uma educação rural? Como eram as aulas de educação física a partir da primeira república? Qual a formação dos professores que trabalhavam com a disciplina de Educação Física? Qual a relevância das aulas de educação física para a sociedade? Como eram as instalações físicas onde os alunos assistiam as aulas? Qual o conteúdo, metodologia que os professores trabalhavam e os recursos pedagógicos usados por eles? Qual a posição da família diante das aulas de educação física?

Através dos questionamentos suscitados por esta pesquisa foi possível ter uma visão mais ampliada dos aspectos históricos e práticos que envolveram a Educação Física. De forma mais específica conhecer como eram realizadas as aulas de Educação Física, na Escola Estadual do Peri; Analisar as condições físicas, pedagógicas e os recursos humanos que fizeram parte da referida escola nos anos em questão; identificar os fatores que influenciaram o processo educativo nas escolas rurais do Brasil e de Goiás e analisar as diferenças existentes entre o processo educativo de educação física de antes e de hoje.

Várias indagações nortearam esta pesquisa inicialmente de cunho bibliográfica, baseada na publicação de autores, como: Caldart (2004), Whitaker (1997), Leite (2002), Bretas (1991), Silva (2011), entre outros que abordam o tema em questão, serviu também de ponto de apoio para essa pesquisa documentos tanto impressos quanto virtuais, além de alguns acervos escritos da Escola Estadual Peri e entrevista com um funcionário que trabalhou na instituição de ensino.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Cervo e Bervian (2002), procura a explicação para um determinado problema a partir de referenciais teóricos já publicados em documentos. Ela se constitui como o ponto de partida para qualquer pesquisa, uma vez que através dela é possível adquirir conhecimentos prévios acerca de um determinado assunto. Reforçando esta ideia Gil (2002, p. 44), “reforça que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Foi realizada ainda uma pesquisa documental, uma vez que um dos objetivos desta pesquisa é analisar o funcionamento das aulas de educação física da Escola Rural do Povoado do Peri. Assim, foram coletados documentos como: diários, livro de ponto, fotos e ata de

resultado final. Ludke e André (1986), ressaltam que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, neste caso da pesquisa bibliográfica, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

De acordo com Santos (2000), a pesquisa documental pode ser realizada em diferentes tipos de fontes, como: cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, pintura, escultura, desenho, notas, diários, projetos de lei, ofícios,

Ainda foi necessário, para melhor compreensão dos fatos, uma pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas estruturadas com questões abertas respondidas por um professor que trabalhou a disciplina de Educação Física na Escola Estadual Peri.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONÇALVES, 2001, p. 67)

Por fim, como propósito de detalhar a forma de apresentação desse trabalho, apresentaremos a estrutura que, pretendemos utilizar para o seu constructo textual. O trabalho constará de três capítulos, sendo assim contextualizados:

O capítulo I retrata a realidade da escola rural desde o final da primeira república até os dias atuais, mostrando os seus principais entraves, sua precariedade, o descaso, as formas de organização do ensino nas escolas rurais em salas multisseriadas, as justificativas dos governantes pelo pouco investimento, o êxodo rural promovido pela busca por melhores condições de vida e aprendizagem, assim como a legitimação da escola rural e sua obrigatoriedade estabelecida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O capítulo II descreve a trajetória firmada atrás de fontes de pesquisa confiáveis para o desenvolvimento desta pesquisa, fala dos motivos que conduziram meu interesse pelo tema, relacionado a minha experiência pessoal, pois iniciei meus estudos em uma escola rural que hoje já não existe mais. Neste capítulo é demonstrado todo o processo que desencadeou a busca e o encontro das fontes documentais e humanas que dão sustentação a esta pesquisa, desde a busca na prefeitura por arquivos da escola que estudei no Povoado do Ranchão,

minha primeira opção para pesquisar, os motivos que me fizeram transferir a pesquisa para a Escola Estadual Peri, as dificuldades em encontrar os documentos necessários e as condições nas quais os encontrei.

O último capítulo propõe uma análise e interpretação documental dos arquivos da Escola Estadual Peri, os alunos, aprovados, evadidos, número de matriculados e tantos outros fatores importantes e que darão sustentação para analisar se o que foi explicitado com a pesquisa bibliográfica coincide com os resultados da análise documental.

A relevância desse trabalho se baseia na importância das informações relacionadas a educação física na escola rural desde sua inserção no cenário educacional até os dias atuais propiciando assim aos professores tanto das escolas rurais quanto das escolas urbanas, além de todos aqueles que se interessarem por este tema, a oportunidade de compreenderem os principais problemas relacionados a escola rural para assim planejarem ações eficazes para combatê-los.

## CAPÍTULO I

### A REALIDADE DA ESCOLA RURAL EM GOIÁS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRIA

A educação rural no Brasil perpassou por acentuados problemas deixando um rastro de descaso e dívida social devido à falta de elaboração de diretrizes políticas e pedagógicas que dessem sustentação ao ensino necessário para a população agrária. Conteúdos, currículos e metodologias foram pensados para a escola urbana e usados também na escola rural, alavancando assim os índices de evasão, analfabetismo e repetência nestas instituições de ensino.

De acordo com Leite (2002), a educação rural enfrentou problemas como: o elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de 25 anos, a baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria multisseriadas<sup>1</sup>, elevado índice de exclusão e repetência.

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999, p. 14)

Para justificar o descaso com as escolas rurais os governantes procuravam justificar a falta de investimento alegando que os pais não se interessavam em mandar seus filhos para a escola porque estes precisavam trabalhar nos campos. Além disso, o estudo não era tão importante, pois para plantar e colher não tinha a necessidade de estudar.

A escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como o lugar onde a criança aprende para poder deixar de lidar com a terra. Terceiro porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação

---

<sup>1</sup> As salas multisseriadas caracterizam-se pela [...] junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor, (e que essa) tem sido uma realidade muito comum dos espaços rurais brasileiros. (SANTOS; MOURA, 2010, p. 35).

instrumental, daquilo que é necessário adquirir para então se aprender uma profissão: ler – escrever e contar. (BRANDÃO, 1983, p. 223).

Este contexto acabou contribuindo para o desencadeamento do êxodo rural, pois, os jovens camponeses foram percebendo a educação como alavancamento das possibilidades de vida melhor. O trabalho rural concomitante com os estudos não permitia uma aprendizagem realmente eficiente, assim vários jovens deixavam suas tarefas laborais na zona rural em busca de melhores condições de vida na cidade grande, no entanto a grande maioria não conseguia ingressar na educação elitista vigente, pois ela era promovida em prol da classe dominante.

De acordo com Leite (2002, p. 28), também contribuiu para o êxodo rural quando “um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas em que se iniciava um processo de urbanização mais amplo”, assim os moradores da zona rural iam para o centros urbanos em busca de condições mais favoráveis de trabalho e melhores salários.

Se a modernidade da vida rural não caminha no mesmo ritmo do desenvolvimento educacional, é inevitável que isto acelere o êxodo rural, uma vez que a educação aparece aos olhos do interessado como único meio de valorizar sua formação, melhorar sua renda e transformar seu modo de vida (MALASSIS, 1975 apud WERTLHEIN; BORDENAVE, 1981 p. 37).

Paiva (1987) faz críticas ao ensino no Brasil ao afirmar que, desde os tempos jesuíticos, ele sempre foi privilégio da classe dominante, com a chegada da família real a mesma história se repetiria. Ao longo do tempo o país passou por diferentes concepções até chegar ao atual contexto, a educação brasileira se apresenta marcada por lutas, conflitos e diferentes posturas.

De acordo com Bretas (1991), na Primeira república a educação pública em Goiás foi marcada por vários pontos negativos, entre eles pode-se ressaltar: evasão escolar, profissionais despreparados para atuação em sala de aula, pois não havia nos povoados pessoas que soubessem ler, escrever e realizar operações matemática suficientes para ensinar. Além disso, os professores recebiam salários praticamente irrisórios, número pequeno de matrículas na educação infantil, dificuldade de acesso a escola devido a longas distâncias e falta de interesse dos pais. Esses fatores constituíram-se em verdadeiros entraves para a qualidade e disseminação educacional no país.

Ainda, de acordo com Bretas (1991), outros entraves para a educação eficiente neste período estavam relacionadas a falta da fiscalização escolar e instalações físicas e recursos pedagógicos precários. A maioria dos professores realizavam seu trabalho em sua própria casa, normalmente uma residência humilde e usavam como recursos pedagógicos lápis, caneta, papel almaço para escrever, uma lousa para as operações matemáticas e textos escritos que seriam posteriormente usados para leitura. Recebendo salários tão baixos os professores não poderiam se dedicar exclusivamente a tarefa de ensinar, fato este que prejudicava a sua atuação. Além dos salários baixos ainda era comum o atraso no pagamento.

Diante de tantas adversidades e precariedade de condições de trabalho e remuneração percebe-se que o professor permanecia no ofício de ensinar mais pela vocação do que para se promover profissionalmente e economicamente, uma vez que não lhes eram concedidas condições efetivas para o desempenho de suas funções. No que se refere à educação rural estes problemas se apresentaram de forma ainda mais acentuada.

De acordo com Silva, (1975, p. 47), a história da educação em Goiás manteve-se em posição de retrocesso por um longo período de tempo, perpassando todo o período compreendido desde a primeira república até meados do século XX, em comparação com outros estados brasileiros.

O padrão das escolas paulista e mineira prevaleceu desde os primeiros tempos, fato que encontra explicação na própria incipiência educacional de Goiás (impotente ainda para tentar o seu modelo) e no renome que, entre nós, usufruía o ensino daqueles Estados (SILVA, 1975, p. 238).

Na década de 1930 teve início um importante movimento pedagógico chamado ruralismo pedagógico que reforçava a vocação agrícola a fim de fortalecer a idéia de um país rural, assim o ensino rural passou a ser usado para manter as famílias no campo. Segundo Canezin e Loureiro (1994), este movimento chegou em Goiás em 1934 através da introdução no currículo educacional da cadeira de Ensino rural. As idéias do ruralismo eram defendidas por professores e políticas educacionais da Era Vargas.

(...) este movimento constituiu-se um marco, pois pela primeira vez colocou em discussão problemas concretos da escola rural, mas ao mesmo tempo imprimiu a esta discussão uma postura política conservadora que estaria presente em todos os movimentos oficiais de Educação Rural daí por diante. Para as elites era fundamental a manutenção do 'status quo' (principalmente

da estrutura agrária), desde que também não faltassem braços para a lavoura e nem reduzisse a produtividade dos campos. (FONSECA, 1985, p. 56).

Segundo Borges (1995), a diáspora figurada na Marcha Para o Oeste<sup>2</sup> em 1937 teve como apogeu a fundação de Brasília e a efetivação da mudança da capital federal em 1960, o que por sua vez representou para o Estado de Goiás, na cominação do aceleramento do ritmo de migração, ocasionando a povoação de territórios e ocupação de terras antes não povoadas, a produção e pavimentação de estradas, ampliação das relações mercantis o que abriu caminhos para novos empregos.

Estes acontecimentos provocariam incentivos por parte do governo para que os camponeses continuassem trabalhando em suas terras, afinal, era preciso dar continuidade ao trabalho agrícola para que o país pudesse ampliar o desenvolvimento tecnológico da produção agrícola e fornecer produtos alimentícios para uma geração que buscava no êxodo rural melhores condições de vida.

Já em relação a educação pública, em Goiás e em todo país, de acordo com Castro (2003), em meados de 1950, ela é excludente, elitista e seletiva, não se apresenta como uma prática democrática, pois se ajusta aos interesses da burguesia deixando de lado as classes menos favorecidas financeiramente. Em consonância Silva (1975), destaca que a ampliação e melhoria de um ensino público eficaz por volta de 1950 tinha como principais entraves: baixos salários para os professores, evasão escolar, isolamento da capital de Goiás, desqualificação docente, falta de organização didático-administrativa e pouco investimento por parte do governo nas escolas existentes, levando inclusive algumas a serem fechadas.

Assim, iniciou-se um processo lento de escolarização rural, onde os filhos dos agricultores que ocupavam estas terras teriam a possibilidade de estudarem, porém, é preciso destacar que a educação para os povos do campo, sempre se desenvolveu por meio de campanhas, projetos ou políticas compensatórias, não levando em consideração as formas de viver do homem do meio rural, que ao passar dos anos foi afastado do acesso a escola (Rocha; Passos; Carvalho, 2011).

No que concerne a educação rural em Goiás pode-se observar que as políticas públicas que foram aos poucos sendo integradas á educação não conseguiram combater de forma efetiva as dificuldades do trabalhador rural, nem oferecer condições de acesso, permanência e

---

<sup>2</sup> De acordo com Esse slogan, Marcha para o Oeste, foi elaborado no ano de 1937 e teve seus objetivos insistentemente retrabalhados nos anos seguintes. Através das mais variadas técnicas de propaganda, construiu a imagem da população marchando em direção da grande obra de construção da unidade nacional. (EMER, 2004, p. 07).

qualidade de ensino para que pudesse ter as mesmas oportunidades profissionais dos moradores da cidade.

De modo sintético, pode-se inferir que as mudanças em curso ao longo da primeira metade do século XX no Estado de Goiás, tais como: a substituição de uma economia mineradora por uma de base agropastoril, implantação da estrada de ferro, a transferência da capital, a Marcha para Oeste, e o incentivo governamental à ocupação das terras do Centro-Oeste contribuíram para uma transformação no que concerne às políticas voltadas à instrução pública no Estado de Goiás (SILVA, 1975).

O GPTE<sup>3</sup> (Grupo de Trabalho de Educação no Campo) (2005), reforça essa argumentação da seguinte maneira:

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Hernandez (1998), esclarece que a escola como instituição de ensino não foi sempre destinada a ter como função promover a educação. No princípio, o surgimento deste tipo de órgão ou instituição tinha finalidade principal instruir com funções militares, religiosas, políticas ou até profissionais. Devido a isso, o acesso era privativo a pequenas parcelas da população, que na maioria das vezes faziam parte de uma elite burocratizada.

De acordo com Fernandes e Molina (2004), a educação rural nunca esteve como um ponto de importância nas políticas de educação pública, estando na maioria das vezes tratada como uma mera “extensão” da educação urbana.

O atraso para uma instauração de um modelo educação propriamente rural, pode ter sido apontada por vários fatores, mas que se destacam a falta de uma estrutura econômica homogênea bem como o rigor da composição estrutural social tradicionalmente concebida para a época. Prioritariamente a educação escolar no Império e nas primeiras décadas do regime republicano tinha como predominância o caráter de urbanidade e não era projetada para atender a todas as camadas da sociedade. Conforme Leite (1999, p. 14).

---

<sup>3</sup> O GPTE, Grupo de Trabalho de Educação no Campo, a partir do diagnóstico “Perfil da Educação no Campo”, elaborado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referente ao sistema de ensino formal no meio rural

Em 1988 com a legitimação da Lei Magna do país, constituição Federal de 1988, que traz em sua redação no artigo 205, “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, a educação necessária passa a ser uma obrigação em todos os estados brasileiros e em todas as localizações geográficas, obrigando os estados, municípios e a própria família a viabilizar um ensino de qualidade aos alunos que residem na zona rural e necessitam desta escola.

Para reafirmar ainda mais a legitimação da obrigatoriedade de um ensino gratuito, acessível e eficiente, no que tange a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, foi criado um artigo onde descreve em detalhes como deve ser a educação rural:

Art. 28 – Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente.

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, Lei nº. 9394, 1996).

De acordo com Andrade (2004), apesar das leis que amparam, legitimizam e estabelece direitos, escola rural continua com instalações físicas precárias e por vezes improvisadas, em lugares isolados e de difícil acessibilidade, normalmente é mantida pelo governo municipal e oferece somente a primeira fase do ensino fundamental, 1º ao 5º ano, em salas multisseriadas onde um único professor trabalha todas as disciplinas com várias turmas ao mesmo tempo, estes profissionais recebem salários baixo e não tem a qualificação necessária, sua prática pedagógica é amarrada por referências curriculares deslocadas do tempo, espaço e contexto rural.

## CAPÍTULO II

### RETRATANDO A TRAJETÓRIA EM BUSCA DOS DOCUMENTOS PARA FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

A opção por pesquisar a escola rural surgiu devido a uma experiência própria marcada por lembranças prazerosas. Iniciei meus estudos no ano de 1985, na Escola Municipal João Sudário Cardoso, localizada no Povoado do Ranchão, município de Uruana-Goiás. Lembro-me bem que foi um tempo muito bom, sentia grande prazer em deixar minha casa e ir para a escola, inclusive ficava desapontada quando não tinha aula.

Sendo assim, a minha primeira proposta foi pesquisar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física nesta Unidade Escolar na década de 1970 e 1980, assim como a metodologia de ensino, os conteúdos, as brincadeiras, as condições físicas, pedagógicas e a metodologia usada nas aulas de educação física. Com o tema definido, iniciou-se uma árdua procura por fontes de pesquisa que pudessem sustentar minha pesquisa.

No entanto, percebi que este seria o meu primeiro desafio, pois o material bibliográfico disponível é bem escasso, quando se pesquisa sobre a educação física encontra-se pouco material disponível e quando se pesquisa sobre “A educação física na escola rural em Uruana na década de 1970” o material disponível é inexistente, especialmente quando o foco é a escola rural em uma perspectiva histórica, buscando reconstituir e compreender aspectos de uma prática corporal escolar. A constatação desta realidade me motivou mais ainda a realizar esta pesquisa, pois o material produzido poderá servir de fonte de pesquisa para outros pesquisadores interessados na temática destacando a relevância científica para tal investigação.

Esbarrei no primeiro entrave: descobri que a escola havia sido fechada. Assim, procurei a secretaria municipal de Educação de Uruana Goiás, atrás de documentos que fundamentassem a minha pesquisa. Fui informada que não haviam mais documentos, pois segundo o funcionário que me atendeu existe uma lei, a qual o funcionário não soube informar o nome, que permite a incineração de documentos após 10 anos.

Pesquisando sobre a incineração de documentos descobri que é a Lei Federal nº 8.159, de 08/01/91, art. 9º, que ressalta “a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência”. Então, de acordo com a Lei a Secretaria Municipal de Uruana, arquivística pública dos documentos da Escola João Sudário, poderia autorizar a eliminação dos documentos.

Entretanto, sentindo-me indignada e preocupada com a situação de incineração de toda a história de uma escola, assim como dos alunos, professores e outros profissionais da educação que por ali passaram, aprofundi-me um pouco mais no assunto relacionada a incineração de documentos escolares e assim descobri que no Decreto Federal nº 1.799, de 30/01/96, art. 12, parágrafo único, consta a seguinte redação, “a eliminação de documentos oficiais ou públicos só deverá ocorrer se prevista na tabela de temporalidade do órgão, aprovada pela autoridade competente na esfera de atuação e respeitado no artigo 9º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991”.

Mesmo não concordando, compreendi a explicação do tempo de 10 anos informado pelo funcionário, uma vez que a referida secretaria de educação, definiu 10 anos para a incineração de documentos escolares, mas não considero que seja uma atitude acertada, uma vez que parece destruir toda a história de uma escola, no entanto, ao que parece as pessoas não dão a devida importância aos documentos que contam a sua trajetória.

É raro, observar orientações educativas voltadas ao valor dos documentos escolares e a necessidade da gestão, seja porque os documentos estão afastados dos olhos, esquecidos em porões ou caves; ou por serem considerados pouco legível a olhos mal exercitados, o fato é que eles vivem sempre “gelados”. (SILVA, 2011, p. 114).

Sobre o tema incineração ainda existe a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de arquivo – CONARQ, de 20/05/97, art. 5º que define:

Os órgãos e entidades que ainda não elaboraram suas tabelas de temporalidade e pretendem proceder à eliminação de documentos deverão constituir suas Comissões Permanentes de Avaliação, responsáveis pela análise dos documentos e pelo encaminhamento das propostas à instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência, para aprovação. (BRASIL, 1997)

Isto comprova que a Secretaria Municipal de Educação não fez um procedimento fora da Lei ao incinerar os documentos da Escola Municipal João Sudário Cardoso, do município do Ranchão, uma vez que ela foi extinta em 1990. Entretanto, esta atitude poderá trazer transtornos para ex-alunos, quando precisarem da comprovação de estudos. Questionando sobre esta possibilidade descobri então, que sempre que alguém precisar de algum documento referente a escola extinta e que teve sua documentação incinerada, a Secretaria Municipal poderá expedir uma declaração relatando o procedimento, uma vez que tem uma listagem de todos os alunos que estudaram e concluíram seus estudos na Escola João Sudário Cardoso.

Embora respeitando a legislação e prevenindo-se possíveis demandas futuras, a prática de queimar documentos e arquivos constitui enorme prejuízo para a preservação da memória local, em especial, a memória escolar. Para o historiador da educação e aqui de modo específico da educação física a identificação, análise e interpretação das fontes de pesquisa que dão sustentação a pesquisa elevando a um nível maior de veracidade, uma vez que ao trabalhar com os documentos constituintes da história de uma escola o historiador tem em mãos fontes concretas e comprováveis dos dados relacionados em sua pesquisa.

Ragazzini (2010, p. 23), ressalta “necessitamos, portanto, de um uso graduado das fontes. Os dados de uma escola não explicam o conjunto da pedagogia geral de uma época e, muito menos, o contexto histórico geral e a legislação vigente”, com os dados em mãos o historiador tem a oportunidade de analisar, refletir, buscar novas informações e assim chegar a conclusões mais aproximadas possíveis da realidade que circundou uma determinada época ou geração.

Mesmo não podendo contar com os documentos necessários ainda é possível realizar uma pesquisa histórica, uma vez que existem outras fontes que podem contribuir para a qualidade e veracidade do trabalho, como por exemplo, ex-alunos e funcionários, o mais importante é que todas as dificuldades, entraves e acertos sejam mencionados no decorrer da pesquisa.

Contudo, o que conta efetivamente na implantação do trabalho de pesquisa histórica, quando esse tem consciência dos problemas acima indicados, é como o historiador procura resolvê-los. Recorrendo a pesquisas de outros, verificando a correção e a fidedignidade dos seus dados, comparando-os, confrontando-os, criticando-os. Declarando quando e em que condição é possível produzir resultados acertados e se existem referências suficientes às

fontes ou quando tais referências são ainda insuficientes. Revelando quando a pesquisa se apóia sobre resultados, quando sobre quase-resultados, quando sobre hipóteses com graus diversos de plausibilidade e de capacidade de verificação; quando recorre à pesquisa direta, quando à pesquisa de sínteses e qual a relação entre uma e outra. (RAGAZZINI, 2010, p. 24)

Segundo Rousso (1996), o testemunho colhido a *posteriori*, é uma forma de caracterizar a história no tempo presente, uma vez que se constitui em uma fonte singular para se formar um arquivo, seja essa fonte de memória individual ou em grupo, tem a possibilidade de alimentar e fundamentar uma pesquisa. Essa fonte está intrinsecamente ligada ao questionamento preciso do arquivista ou do historiador, relacionada a um acontecimento ou fatos que envolveram um processo histórico relevante para o desdobramento da pesquisa.

Pensei então procurar pessoas que pudessem testemunhar sobre o contexto histórico da Escola Estadual Peri, no entanto descobri que dos 3 professores que tinham atuado naquela instituição 2 não eram mais moradores de Uruana e 1 professora já havia falecido, não consegui encontrar nenhum aluno da época e assim ficaria inviável continuar com a pesquisa nesta escola diante de tantas adversidades.

Não desisti da idéia de pesquisar a educação física na escola rural no recorte temporal de 1970. Então optei por pesquisar outra escola rural, Escola Estadual Peri, localizada a 18 quilômetros da sede do município de Uruana-Goiás. Esta escola também já foi fechada em 2006, no entanto, como não tem mais de 10 anos de sua extinção certamente a Secretaria Municipal teria como me fornecer os documentos necessários para a pesquisa.

Novamente voltei à secretaria municipal e procurei o setor responsável, a funcionária (a mesma que tinha me atendido anteriormente), disse-me que teria que pesquisar no “arquivo morto”<sup>4</sup>. Assim sendo, eu poderia retornar dentro de alguns dias para ter acesso ao material solicitado. Após 4 dias retornei e fui informada pela mesma funcionária, que ela não teve tempo para procurar o material porque estava muito atarefada com as programações

---

<sup>4</sup>De acordo com o Manual da Secretaria Escolar, o arquivo morto ou permanente deve conter toda a documentação do arquivo corrente, após a devida seleção, acrescida da ficha individual do aluno e de transferência ou do relatório individual do aluno e da cópia do histórico escolar dos alunos transferidos para outra instituição educacional, bem como da cópia do diploma ou do certificado, quando for o caso.

da Festa da Melancia<sup>5</sup>, por isso, eu deveria deixar o número do meu telefone que assim que tivesse tempo procuraria e me ligaria avisando. Com isso, mas uma vez percebi que minha pesquisa não seria concluída.

Trabalho na Escola municipal Polo Educacional Centro de Letramento, no município de Uruana Goiás, alguns dias depois do episódio narrado, ainda sem saber ao certo o que pesquisar, fui até o almoxarifado a procura de um livro de recortes para realizar um trabalho com os alunos, tal foi minha surpresa ao encontrar em uma caixa velha, esquecida em um canto, livros de matrícula e diários da Escola Estadual Peri, durante muito tempo fiquei folheando aqueles documentos, em bom estado de conservação, somente alguns diários se encontravam estragados, aparentemente foram molhados e por isso as folhas estavam borradas e grudadas, impedindo a sua leitura, no entanto, encontrei um bom material em ótimo estado de conservação, por isso, novamente vi-me diante da possibilidade de realizar a pesquisa que realmente almejava.

Então, fui até a secretária da Escola Municipal Centro de Letramento, e pedi permissão para retirar os documentos da escola para realizar minha pesquisa, esta não se opôs em nenhum momento. Assim ficou definido o tema deste trabalho, “A educação física na escola rural em Uruana na década de 1970: um estudo documental da Escola Estadual do Povoado de Peri”.

Em conversa com alguns colegas de trabalho, informaram-me de um professor que ainda atua na educação e que foi por muitos anos diretor da Escola Estadual do Peri, rapidamente consegui seu endereço e com documentos em mãos e a possibilidade de realização de entrevistas com o ex-diretor da escola e possivelmente com algum professor que ele poderia me indicar, iniciei o meu trabalho de pesquisa propriamente dito. Fui até a casa do ex-diretor da Escola Estadual de 1º Grau do Peri, que me recebeu extremamente bem, expliquei o motivo de minha visita e o referido professor demonstrou boa vontade contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

As dificuldades observadas para se chegar a fontes confiáveis da pesquisa se devem ao fato de que assim como reforça as considerações de Whitaker (1997), o descaso com a educação rural é evidente e justificado por parte dos governantes responsáveis que as famílias

---

<sup>5</sup> A festa da melancia é uma manifestação cultural da economia rural da região e acontece todos os anos na cidade de Uruana, conta com milhares de turistas. É o evento mais importante que acontece na cidade.

residentes na zona rural preferem colocar seus filhos para trabalharem do que para estudar, talvez essa seja a desculpa usada para que a maioria destas escolas no município de Uruana tenham sido fechadas.

Através de um levantamento realizada na secretaria municipal de Uruana foi constatado que nos últimos 15 anos somente neste município foram fechadas 4 escolas: Escola Municipal do Engenho Velho, Escola Estadual do Cruzeiro, Escola Estadual do Peri e Escola Municipal da Lagoa. Os alunos residentes nestes povoados são transportados para a cidade de Uruana em kombis e ônibus nem sempre em bom estado de conservação, no entanto os governantes alegam que é mais barato transportar os alunos do que manter uma escola com funcionários, recursos pedagógicos e dependências físicas.

Whitaker (1997) afirma que o descaso para com a educação rural é geralmente colocado quando se diz que as famílias rurais não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar ao invés de estudar. Esta é uma falsa consciência que tenta justificar a situação do Estado brasileiro que nunca se interessou em dar escola às populações rurais, politicamente fragilizadas diante do latifúndio monocultor e escravocrata e tornadas ainda mais vulneráveis após a urbanização do país, quando a ideologia urbano-industrial exacerbou o preconceito contra o mundo rural.

A escola rural enfrenta inúmeros desafios, normalmente os alunos residem em localidades distantes das escolas, muitas vezes em áreas de difícil acesso, no período chuvoso essa dificuldade se acentua ainda mais, pois os meios de transportes que os levam para a escola, normalmente kombis como era o caso da Escola Estadual do Peri, não conseguem chegar a localidade devido às más condições, assim os alunos perdem vários dias de aulas e os professores precisam rever os conteúdos atrasando um pouco a aprendizagem dos alunos, apesar das adversidades o ensino tem se mostrado bastante eficiente.

### **CAPÍTULO III**

#### **- O ENCONTRO ENTRE O PRESENTE E O PASSADO HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL PERI – UMA ANÁLISE DOCUMENTAL**

Analisar o passado e compará-lo com o presente é uma atividade muito prazerosa, pois é possível constatar as mudanças, conhecer processos e metodologias que antes eram bem aceitas e que hoje não seriam mais inseridas devido ao atual contexto social e educacional, uma vez que a educação assim como o mundo precisa evoluir e por isso exige-se novas formas de atuação do profissional docente e recursos educativos. A seguir será feita uma apresentação da Escola Estadual Peri, sua estrutura física, profissionais que atuavam nela, metodologia de ensino e demais fatores relevantes para melhor compreensão do tipo de educação que prevalecia.

##### **3.1 UM RETRATO DA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PERI**

De acordo com o dossiê do ex-diretor a Escola Estadual Peri localizava-se no povoado do Peri, a 25 km da cidade sede do município, Uruana-Goiás, na Avenida Goiás com a Rua Minas Gerais nº 100. O início da construção do prédio foi em 1965 e foi concluída em 1969, até o ano de 1975 chamada Escola Municipal Reunida do Peri, somente em 1976 passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Peri de acordo com a portaria nº 2962/77. Era mantida pelo estado e funcionava em quatro salas com 08 turmas divididas entre os turnos matutino e vespertino num total de 206 alunos de 1ª a 8ª série (o ensino fundamental era dividido em séries e não em ano como atualmente).

Contava com um amplo pátio onde eram produzidas verduras e legumes para melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar, a escola não contava com uma sala específica para biblioteca que funcionava conjugada com a sala de professores. A escola não dispunha de computadores para uso dos alunos nem dos professores.

A pesquisa da Escola Estadual de 1º Grau do Peri inicia-se com a análise e interpretação dos dados relacionados no Livro de Resultados Finais de 1974 a 1993. Foram registrados neste documento notas e conceitos finais dos alunos de todas as séries do ano de 1974 a 1991. Ao estudar este documento, fiquei impressionada ao descobrir que no ano de 1974 estavam matriculados 75 alunos na 1ª série primária no turno matutino constando no

Livro de Resultados Finais de 1974 a 1991 como turma única, ou seja, os professores trabalhavam com este número de alunos em uma única sala de aula.

Foi possível constatar que o número de alunos reprovados, desistentes, evadidos e transferidos foi grande. Dos 75 alunos, 13 foram reprovados, 04 abandonaram e 08 transferiram-se.

Verhine e Melo (1988), relacionam problemas como evasão, repetência, abandono e transferência com a localização da escola no meio rural, pois as dificuldades enfrentadas por pais e alunos são maiores do que as dos alunos das escolas da zona urbana. Os alunos que estudam na zona rural enfrentam problemas de transporte, distância, estradas em péssimas condições, necessidades de adaptações, condições adversas da região e escolas que com poucos recursos tanto físicos quanto pedagógicos, condições que colaboram para os índices de evasão e repetência. Além disso, os alunos precisam conciliar o trabalho braçal com as aulas.

São várias as adversidades relacionadas a escola rural, tanto professores quanto alunos precisam andar longas distâncias até a escola em estradas sem pavimentação, as vezes em transportes oferecidos pela prefeitura, montarias, bicicletas, motos, ou outros meios de transportes muitas vezes em péssimos estados e superlotados.

As salas funcionavam de forma multisseriada, ou seja, ofereciam o ensino da pré-escola a quarta série do ensino fundamental, no entanto, em uma mesma sala ficavam alunos de diferentes séries, e um único professor trabalhava com estes alunos, assim, o professor trabalhava ao mesmo tempo com diferentes séries e com todas as disciplinas. Os alunos sentavam-se em duplas em cadeiras conjugadas, não existia nenhum tipo de recurso didático-pedagógico para ser usado pelo professor, no máximo o livro didático, que assim como hoje, nem sempre o número era suficiente para todos os alunos.

A escola rural enfrenta ainda mais alguns agravantes, como: infra-estrutura precária, o currículo não se baseia na realidade do aluno, os professores ficam sobrecarregados, pois um só professor atua em várias séries e a maioria destes professores ainda trabalham em forma de contrato especial não tendo estabilidade no seu emprego.

De acordo com relatos posteriores dos professores, o quadro era dividido em partes e o professor passava a matéria para uma turma, enquanto a outra ficava estudando no livro didático (nem sempre tinham livro didático). O professor dava apoio às turmas ao mesmo

tempo, normalmente pedia a colaboração de alunos, que tinham mais facilidade de aprendizagem para ajudar aqueles que apresentavam maior dificuldade.

De acordo com Piza & Sena, apud Cardoso & Jacomeli, (2010, p. 268), apesar de todas as mazelas e das políticas de substituição promulgadas desde a década de 1980, as escolas multisseriadas vêm resistindo e adentraram o século XXI. Barros (2005), apresenta algumas adversidades relacionadas às salas multisseriadas:

As condições dos trabalhos pedagógicos nas classes multisseriadas são prejudicadas pela carência de materiais didáticos, esta carência se reflete também na atuação docente em sala de aula que é dirigida pelo processo de copiar no quadro e transcrever no caderno, se configurando como único recurso didático à cópia e transcrição do livro didático.

- Apesar das classes serem multisseriadas as/os professores(as) seguem a metodologia seriada dividindo o tempo das aulas de acordo cada série em classe. Como reflexo desta prática há uma redução do tempo hora/aula, aplicação de atividade diferenciada por série – tendo para tanto que criar várias metodologias, vários planejamentos, fragmentando a turma.
- O trabalho pedagógico que segue a organização seriada não dá conta da distorção idade-série acarretando na reprovação ou “aprovação sequenciada”.
- Muitas crianças e adolescentes deixam de frequentar as aulas para ajudar na renda familiar tornando uma das causas da evasão nas escolas do campo. (BARROS, 2005, p. 165)

Ainda analisando o livro de resultados finais observei que a disciplina de Educação Física só passou a constar no quadro de notas das disciplinas escolares no ano de 1989, antes só acontecia de modo informal, ou seja, não fazia parte do núcleo comum das disciplinas escolares obrigatórias. Analisando a lei pude ver que a escola não estava infringindo nenhuma norma, uma vez que só a partir de 03/07/2001 o CEB/CNE, dispôs sobre “a obrigatoriedade da prática da Educação Física em todos os anos do Ensino Fundamental e Médio”, e logo após a portaria interministerial nº 73 de 21/06/2001, art. 1º e art. 2º, reforça que:

A educação física constitui componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo facultativa nos cursos noturnos. No cumprimento do disposto no artigo anterior, os estabelecimentos de ensino deverão ministrar a educação física de forma integrada à proposta pedagógica da escola e voltada ao bem-estar, à integração social e ao desenvolvimento físico mental do aluno, apoiando as práticas desportivas. (BRASIL, portaria nº 73 de 21/06/2001).

Nos diários de Educação Física, os alunos eram separados por gênero, homens e mulheres não praticavam aulas de educação física juntos, os dias em que as aulas aconteciam eram diferenciados. Não foi encontrado nenhum registro relacionada ao conteúdo ministrado, o professor só fazia chamada e colocava notas para os alunos. Estava explícito que as notas dos homens eram bem maiores que as notas das meninas, no entanto, a média ficava entre 7,0 e 10,0, nenhum aluno tinha uma nota inferior a estas.

Fui até a casa do ex-diretor da Escola Estadual de 1º Grau do Peri, que me recebeu extremamente bem, expliquei o motivo de minha visita e o referido professor demonstrou boa vontade contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

### 3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PRÁTICA SINGULAR NA ESCOLA PERI

O professor Valdivino Barbosa relatou que no que diz respeito a parte desportiva a escola além de participar dos jogos organizados pela subsecretaria e prefeitura, ainda se empenhava em oferecer a comunidade programações esportivas envolvendo pais e alunos, dispunha de uma quadra que não se encontrava em bom estado de conservação, mas que era muito usada pelos alunos e pela comunidade além de um excelente campo societate.

Logo no início da construção da escola ela funcionava de forma multisseriada, um professor trabalhava com várias turmas, mas no ano de 1985 a escola deixou de ser multisseriada e passou a funcionar de forma regular, assim cada turma tinha um único professor que trabalhava todas as disciplinas. Questionado sobre como os professores desenvolviam seu trabalho o professor entrevistado disse que tinham o auxílio de alunos monitores, ou seja, aqueles alunos que apresentavam melhores desempenhos ajudava os colegas na solução de suas dúvidas. Os professores buscavam desenvolver um trabalho em equipe, onde um colaborava com o outro a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas, segundo o entrevistado um ponto relevante do trabalho destes profissionais era a preocupação que tinham com relação a prática cultural na escola, pois eram comuns a organização de gincanas, torneios esportivos, festas juninas, comemorações em datas especiais, como dia do índio, 07 de setembro.

Foi possível constatar pelos registros analisados que a evasão, repetência e desistência por parte dos homens era bem superior que a das mulheres. Todas estas

constatações fizeram imergir uma grande quantidade de questionamentos que só poderiam ser solucionados com quem vivenciou este ensino, sendo assim, passei da pesquisa documental para a entrevista com ex-funcionário da escola.

Assim passei a fazer alguns questionamentos referentes às aulas de educação física. Uma das primeiras curiosidades foi relacionada aos motivos pelos quais os diários constavam com listas separadas de meninos e meninas.

Isto acontecia não só na escola rural, mas praticamente em todas as escolas, e está diretamente relacionado a distinção entre os gêneros, os pais, mais tradicionais do que os da atualidade, não aprovavam o fato de suas filhas praticarem atividades físicas com meninos. Além do mais as atividades eram totalmente diferentes, as meninos jogavam futebol, praticavam saltos, corridas em distância. Enquanto as meninas praticavam atividades mais leves, como: jogar queimada, bandeirinha, baliza, brincadeiras com bola (doente, mal, morreu), rebatidas com bolas, baliza, entre outras. No entanto, não foi assim sempre, pois a partir de 1980 as atividades se modificaram, os professores passaram a realizar treinamentos constantes com os alunos, tanto homens quanto mulheres, e fomos destaque na região no que se refere a esportes. Participávamos todos os anos da copa BEG, uma competição esportiva onde estudantes de todas as escolas do estado de Goiás tinham a oportunidade de participar de diferentes modalidades esportivas, como: futebol, voley, handball, corridas de distância, saltos, natação, entre outros. Nossas equipes sempre se destacavam e conquistavam os primeiros lugares. (Valdivino Barbosa, ex diretor)

Com isso o professor já fez vários esclarecimentos, por exemplo, a metodologia e as atividades que eram trabalhadas nas aulas de Educação física. Ao ser questionado sobre o porque dos professores não lançarem o conteúdo no diário o professor deu a seguinte resposta.

Não tenho uma resposta plausível para esta sua dúvida, talvez seja porque os professores relacionavam a palavra conteúdo a algo escrito ou impresso e naquela época as aulas eram apenas práticas. Os alunos eram avaliados pelo seu desempenho físico, como corrida, abdominal, polichinelo, entre outros. Como já ressaltai anteriormente, a escola do Peri sempre foi destaque no que se refere à prática de educação física e periodicamente eram realizados diversos eventos tanto físicos como culturais: festa junina, aulas práticas ao ar livre em comemoração ao dia do índio com encenação da dança da chuva, gincanas olímpicas onde os aulas competiam em diversas modalidades como salto em distância, corrida de 100, 200 e 500 metros, corrida do ovo na colher, corrida dentro de sacos, ou seja, uma mistura de

educação física e brincadeira. Este tipo de atividade incentiva os alunos a se esforçarem nas aulas de Educação Física para sua melhor atuação nas competições. (Valdivino Barbosa, ex diretor)

Ainda questioneei sobre a formação do professor de Educação Física:

Os professores de Educação Física, assim com a maioria de hoje, não tinham formação específica em Educação Física, normalmente tínhamos um professor que assumia estas aulas todos os anos. Era observada a aptidão do professor por atividades físicas, uma vez que para o bom andamento das aulas é preciso que a pessoa tenha amor ao que faz. (Valdivino Barbosa, ex diretor)

Como pode ser observado, as aulas de Educação Física nessa escola rural, não se diferenciava muito das aulas da escola urbana, no entanto, isso se deve a vontade de fazer a diferença dos professores, pois as condições de trabalho são menores, uma vez que grande parte das escolas urbanas contam com quadra coberta e maior número de materiais pedagógicos voltados a prática de educação física disponíveis.

A transformação das práticas de uma escola, tem como base o próprio trabalho dos profissionais que nela atua e da participação direta dos envolvidos (alunos e pais). Além dessa condição, a transformação é resultado da responsabilidade e do compromisso de cada um na execução das atividades. (LIBÂNEO, 1997, p. 88)

Foi, ainda, relatado pelo professor que as aulas eram ministradas a céu aberto, ou seja, a quadra de esportes não era coberta e o investimento do governo nestas atividades não era grande, no entanto os professores atuavam de forma efetiva colaborando para que as aulas de Educação Física contribuísse para a formação de verdadeiros atletas.

Os professores ainda resgatavam brincadeiras tradicionais como: corrida com o ovo, pular corda, sete pecados, cantigas de roda, enfiar a linha na agulha, entre outras que os alunos e professores conheciam na época.

Vasconcellos (2004, p. 103), diz que “Independente do local em que a escola esteja oferecendo o ensino, zona urbana ou rural, é importante que a direção da escola esteja pautada

de planejamento e de critérios qualitativos para que o ensino em qualquer modalidade da educação básica não sofra prejuízos”.

O ensino da educação física deve priorizar jogos, dança, ginástica, esporte, lutas, uso de mídias como TV, computador e DVD, pois quanto maior for a variedade de atividades propostas maior as chances do aluno se identificar com uma delas e assim colaborar para a aquisição de hábitos de atividades físicas diárias praticados mesmo fora da escola, além de variar o conhecimento de diferentes artes e culturas.

Ainda segundo relato do professor Valdivino Barbosa, os motivos do fechamento da escola rural do povoado do Peri, foi devido ao baixo número de alunos matriculados, pois o êxodo rural, contribuiu para que várias famílias saíssem do povoado em busca de melhores condições de vida. Por isso, o governo optou pelo fechamento de várias escolas que se encontravam nesta situação. Os alunos do local ainda hoje são transportados em ônibus e kombis para escolas da cidade de Uruana.

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros. (PINHEIRO, 2011, p. 89)

Foi uma entrevista muito prazerosa de se fazer e como foi mostrado a Escola Estadual do Peri não difere do que foi retratado ao longo deste trabalho, ela apresentava as mesmas dificuldades e entraves que todas as outras, no entanto é possível notar pela fala do professor entrevistado que o amor demonstrado pela educação tanto por ele quanto pelos outros professores foram a mola propulsora para o sucesso desse ensino que durante tantos anos contribuiu para o desenvolvimento daquele povoado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo de educação retratada neste trabalho está longe de ser a ideal, pois fica evidenciado que a educação rural como se apresenta hoje sofreu poucos progressos desde sua instalação no país. Uma escola rural precisa ser bem planejada, contar com profissionais capacitados, condições de acesso e permanência, prédios planejados e diferentes tipos de recursos pedagógicos,

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

Segundo Canário (2008), as escolas rurais possuem uma grande heterogeneidade que poderá contribuir para a construção de novas práticas pedagógicas para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem mais do que os modelos hegemônios vigentes, pois a heterogeneidade é uma característica da grande maioria das escolas públicas e planejar atividades voltadas para alunos que aprendem e se desenvolvem igualmente dificilmente promoverá um ensino com condições iguais de aprendizagem.

Ainda de acordo com Canário (2008), a escola rural pode constituir-se em uma forma de laboratório para se pensar num modelo de escola diferente dos moldes atuais, pois as práticas escolares no meio rural ainda são pouco pesquisadas surgindo assim a necessidade de investigá-la e transformá-la. Conforme ressalta Silva (2005), o professor que trabalhar numa escola rural precisa planejar sua prática educativa de acordo com as peculiaridades e interesses dos alunos, pois uma educação que foi planejada para o meio urbano não contempla a realidade do público rural sendo necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre estes dos tipos de educação.

A escola rural precisa ser pensada para um perfil específico de aluno, aquele que não dispõe dos mesmos recursos tecnológicos daqueles do meio urbano, um aluno que enfrenta vários tipos de adversidades para adentrar no mundo letrado, como: distância, transporte, recursos de pesquisa, estruturas físicas da unidade escolar e cansaço físico devido a serviços braçais desgastantes.

Através desta pesquisa foi possível constatar que a escola rural enfrentou e ainda enfrenta acentuados problemas relacionados ao acesso e a permanência do aluno, problemas

estes que poderão ser minimizados através de investimentos em recursos humanos na preparação ideal de professores especializados e capacitados para trabalharem no contexto da diversidade característicos da escola rural. Investimento também na parte física, como escolas adaptadas, prédios próprios com salas de aula arejadas, quadras cobertas, saneamento básico e infra-estrutura de acordo com as necessidades da escola rural e ainda investimento em recursos pedagógicos, como um currículo que atenda as peculiaridades locais e contemplem as necessidades de um público rural que precisa se aperfeiçoar para melhorar sua condição de vida.

A análise documental comprovou que assim como foi explicitado logo no primeiro capítulo dessa pesquisa, a escola rural Peri apresenta um grande número de evadidos, desistentes e reprovados, comprovando que as condições de aprendizagem, acesso e permanência estão longe de serem as ideais. Foi visto que uma escola rural é um local onde as crianças vão a procura de aprendizagem, no entanto as adversidades nem sempre permitem que seus anseios sejam atendidos, um exemplo disso são as salas multisseriadas que dificultam o processo ensino-aprendizagem ao exigir de um único professor o atendimento ao mesmo tempo a vários alunos de diferentes níveis de ensino e nem sempre atuam de acordo com sua formação.

Os docentes das escolas rurais trabalham com todas as disciplinas, e normalmente não é um profissional formado na área da educação física, pois estes muitas vezes preferem procurar emprego em academias ou atendimento individualizado ou esportivo por conseguirem remunerações melhores. As aulas de educação física aconteciam em quadras sem cobertura ou em ambientes inadequadas como praças ou debaixo de sombras de árvores.

De acordo com os relatos os professores que ministravam a disciplina de educação física eram formados em cursos de história e matemática e veem a educação física como forma de melhorar o condicionamento físico e ampliação de seu potencial esportivo, acreditam que as aulas de educação física têm grande relevância para a sociedade, pois através delas os alunos ampliam sua socialização, humanizam e se disciplinam.

Através da pesquisa documental e da entrevista ficou claro que os professores só trabalhavam as atividades físicas sem a inserção de nenhum conteúdo no diário. Essas atividades físicas tinham caráter de condicionamento físico, os recursos pedagógicos usados eram bolas variadas, redes, quadra de areia ou quadras esportivas. As famílias não demonstravam grande preocupação pelas aulas de educação física, no entanto apoiavam as

aulas por verem nelas possibilidades dos alunos descobrirem aptidões esportivas que contribuísse para sua realização profissional no esporte.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina et al (Orgs.). **A educação na reforma agrária em perspectiva. Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. São Paulo: Ação Educação; Brasília: PRONERA, 2004.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991.

BRASIL. **Decreto Federal nº 1.799**, de 30 de janeiro de 96.

BRASIL. **Resolução nº 7 do Conselho Nacional de arquivo – CONARQ**, de 20 de maio de 1997

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei no 9394/96)**. Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/01/2014

BRASIL. **Ministério da Educação – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo**. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.

BARROS, Oscar Ferreira. **A Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas Multisseriadas: Indicativos de saberes pedagógicos de resistência educacional no campo**. In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Educação do Campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Editora Gutemberg Ltda, 2005.

BORGES, Barsanufio G. **Expansão da fronteira agrícola em Goiás**. In: Estudos. (Goiânia), v. 22, n. 3 e 4, jul.dez. 1995.

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos; 38).

CANÁRIO, Rui. **Escola rural: de objeto social a objeto de estudo**. Revista Educação, Santa Maria, v.33, n.1, p.33-44, jan./abr.2008.

CANEZIN, Maria Teresa. LOUREIRO, Walderês. N. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CARDOSO, Maria Angélica Cardoso; JACOMELI, Maria Regina Martins. **Estado da arte acerca das escolas multisseriadas**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p.174-193, maio, 2010.

CASTRO, Gilda. **Professor submisso, aluno cliente: reflexões sobre a docência no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5e. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

EMER, Ivo Oss. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel, 2004, Mimeo.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **“Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, E. M. **Iniciação à pesquisa científica**. 2 ed. Campinas: Alínea. 2001.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou indício de uma falta**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, p.85-92, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Gestão democrática e participativa**. Goiânia: Alternativa, 1997.

\_\_\_\_\_. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativa**. São Paulo, EPU, 1986.

Manual da Secretaria Escolar. **Coordenação e Supervisão Institucional e Normas de Ensino**. GDF. Brasília, 2010.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação para adultos**. 4 ed. SP: Loyola, 1987.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 20 janeiro 2014.

RAGAZZINI, D. **Para quem e o que testemunham...** *Educar*, Curitiba, n.18. 2010. Editora da UFPR

ROCHA, Eliene Novais; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do campo: Um olhar panorâmico**. In <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf> (Acesso dia 10 de dezembro de 2013)

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Fábio Josué Souza dos; MOURA, Terciana Vidal. **Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas**. In: ROCHA-ANTUNES, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). *Escola de direito: reinventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.35-48.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SILVA, Eva Cristina Leite. **Mapeamento dos arquivos escolares: história, memória e preservação de documentos**. *ÀGORA*, Florianópolis, v.21n,42. jan/juh.2011.

VASCONCELLOS, Celso. **Gestão e os novos olhares sobre a organização da escola**. São Paulo: Cortez, 2004.

VERHINE, R.E., MELO, A.M.P. **Causes of school failure: the case of the state of Bahia in Brazil.** NGO Education and Development Library, Prospects, v18, n.4, 1988.

WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Díaz (Orgs.). **Educação Rural no Terceiro mundo.** Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1981.

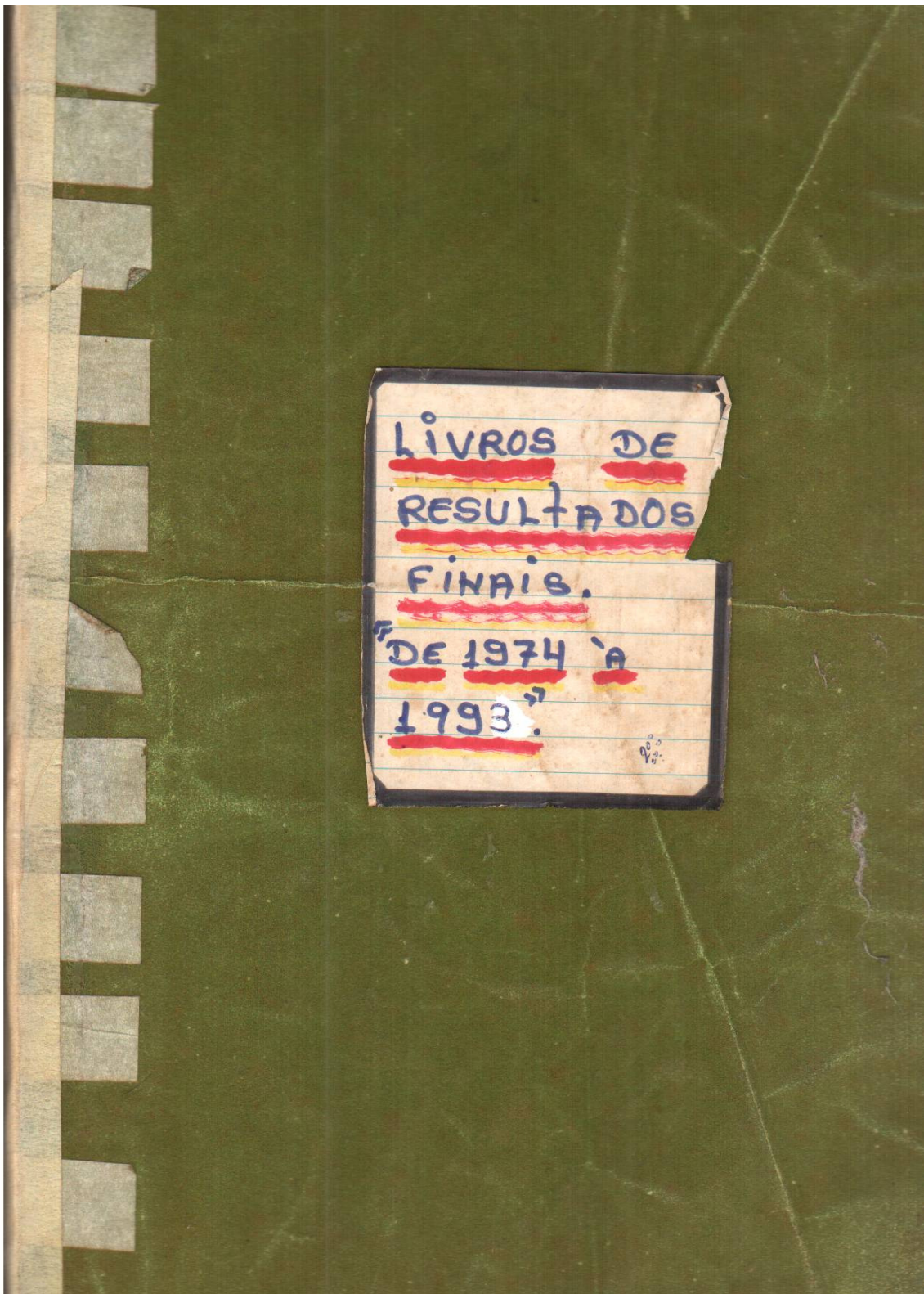
WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WHITAKER, D. C. Andreatta. **O rural-urbano e a escola brasileira.** In Revista do Migrante, Ano V, Nº 12, 1997.

ANEXOS



01- Acervo pessoal professor Valdivino Barbosa.



02 – Livro de resultados finais.

Neste livro estão registrados os nomes dos alunos e a sua situação no final do ano, aprovado, reprovado, evadido, desistente ou falecido, durante os anos de 1974 a 1983.

## Cerimo de Abertura

Contém este livro 100 folhas todas  
 viradas, tipografadas e por mim  
 encadernadas com a rubrica que uso  
 neste, e que diz: Ana Galdino de Morais,  
 este livro servirá para o fim especial  
 de registrar as notas ou conceitos finais  
 de cada série a cada ano passado.

Escola Estadual de 1º grau do Peri,  
 - fica no povoado do Peri no município  
 de Juana em Goiás.

Peri, 20 de agosto de 1977.

Ana Galdino de Morais.  
 (Diretora)

As notas e conceitos finais de todos alunos  
 de cada série desta escola desde:

- 1975 - 1976 - 1977 - 1978 - 1979  
 - 1981 - 1982 - 1984 - 1985 - 1986  
 e 1988 - 1989 - 1990 - 1991 -

Alcides

Ata dos Resultados Finais de Aproveitamento da Escola Estadual do Pará.

Em 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 1944 (duzentos e noventa e quatro), terminou-se o processo de avaliação de aproveitamento da aprendizagem final dos alunos de 1.ª série primária do turno diurno da Turma Única do Povoado do Pará com os seguintes resultados:

N.º de	Nome dos alunos	Comportamento	Portug.	Int. Social	Média Global	Observações	
1.º	Antonio Gonçalves de Sousa	38	33	40	44	45	repetente
2.º	Divina Cruz de Cruz	52	32	35	50	38	repetente
3.º	Gilmar Luiz Cardino	37	54	50	48	46	"
4.º	Helcio Pereira Silva	75	55	50	78	69	aprovado
5.º	Irone Maria Gonçalves	42	41	45	60	47	repetente
6.º	José Sebastião Silva	43	60	55	59	54	reprovado
7.º	Jedro Martins Santos	95	95	80	79	89	aprovado
8.º	José Carlos de Oliveira	94	99	90	98	97	"
9.º	Manoel Pedro N. Silva	91	97	80	95	94	"
10.º	Batano Ribeiro	90	97	85	89	80	"
11.º	Batano dos Santos	82	97	80	86	88	"
12.º	Luiza da Silva	56	64	60	60	60	"
13.º	Luiz Tatiana Batano	66	77	70	83	75	"
14.º	Luiz Evangelista	76	75	70	82	77	"
15.º	Luiz Maria Silva	63	60	60	59	60	"
16.º	Luiz Batano Ribeiro	87	88	80	69	81	"
17.º	Luiz José da Silva	82	97	80	92	90	"
18.º	Luiz Maria Cruz	35	35	85	30	30	reprovado
19.º	Luiz Lopes Mendonça	63	82	80	73	72	aprovado
20.º	Luiz Francisco Lutim	59	84	80	79	74	"
21.º	Luiz Palma de Jesus	81	72	80	94	82	"
22.º	Luiz Sousa Pinto	68	89	80	65	74	"
23.º	Luiz Gomes Pereira	74	80	65	92	75	"



